



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO Nº 1/2026

(Do Sr. Capitão Alden)

Apresentação: 04/02/2026 11:52:24.157 - CSPCCO

REQ n.5/2026

Requer a realização de diligência e fiscalização *in loco* para apurar as condições de trabalho e a valorização dos profissionais de segurança pública durante o Carnaval da Bahia.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência que seja autorizada a realização de diligência e fiscalização, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a ser conduzida por membros desta Comissão, sob a coordenação deste parlamentar que o subscreve, com a finalidade de verificar, *in loco*, as condições de trabalho dos profissionais de segurança pública durante o Carnaval da Bahia.

A diligência terá como objetivo fiscalizar, entre outros aspectos:

- As condições de trabalho, jornada e descanso dos policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e demais agentes de segurança pública empregados no evento;



* C D 2 6 2 2 0 5 4 1 5 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- A disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) e meios adequados de atuação operacional;
- A estrutura logística, alimentação, hidratação e apoio aos profissionais escalados;
- O cumprimento das normas de segurança, saúde e dignidade profissional durante um dos maiores eventos populares do país;
- A atuação do Estado no planejamento e execução das ações de segurança pública, diante do elevado risco de ocorrências criminais, violência urbana e exaustão física dos agentes.

JUSTIFICAÇÃO

O Carnaval da Bahia constitui um dos maiores eventos populares do mundo, reunindo anualmente milhões de foliões nacionais e estrangeiros e exigindo do Estado uma das mais complexas operações de segurança pública do país. A dimensão do evento impõe aos profissionais de segurança pública — policiais militares, policiais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

civis, bombeiros militares e demais agentes envolvidos — jornadas prolongadas, elevado desgaste físico e emocional, exposição contínua a situações de risco extremo, além de atuação em ambientes marcados por consumo excessivo de álcool, grandes aglomerações e recorrentes episódios de violência.

Apesar da magnitude da operação, são frequentes os relatos de escala excessiva de serviço, ausência de descanso adequado, insuficiência de equipamentos de proteção individual, precariedade logística, alimentação inadequada e déficit de apoio médico e psicológico aos agentes empregados durante o período carnavalesco. Tais condições não apenas afetam a saúde e a dignidade dos profissionais, como comprometem a eficiência da atividade policial e a própria segurança da população, uma vez que agentes exaustos e desassistidos operam sob risco ampliado.

A Constituição Federal, em seus arts. 144 e 39, impõe ao Estado o dever de garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ademais, compete ao Congresso Nacional, por meio de suas Comissões Permanentes, o exercício do controle externo e da fiscalização dos atos da administração pública, conforme previsto no art. 58, §2º, da Carta Magna, especialmente quando envolvem políticas públicas sensíveis e de alto impacto social.

Nesse sentido, a atuação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio de diligência oficial conduzida por seus membros, mostra-se medida indispensável para a verificação direta, transparente e responsável das condições reais de trabalho dos profissionais de segurança pública durante o Carnaval da Bahia. A





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

fiscalização in loco permitirá identificar eventuais falhas administrativas, omissões do poder público, violações a direitos laborais e riscos operacionais, bem como subsidiar propostas legislativas, recomendações institucionais e encaminhamentos aos órgãos competentes.

Além de seu caráter fiscalizatório, a diligência representa um gesto concreto de reconhecimento, respeito e valorização aos profissionais de segurança pública, reafirmando que o Parlamento não se omite diante da sobrecarga imposta àqueles que sustentam, com sacrifício pessoal, a segurança de milhões de cidadãos. Proteger quem protege a sociedade é condição essencial para a efetividade da política de segurança pública e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Diante da relevância do tema, do impacto direto na segurança da população e da necessidade de assegurar condições dignas, humanas e legais de trabalho, a presente diligência revela-se necessária, oportuna e plenamente justificada..

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN

